 ISBN: 978-85-87942-61-6

GT 037. Etnografias sobre a financeirização do agronegócio no Brasil: efeitos, disputas e comparações

Anna Catarina Morawska Vianna (UFSCar) - Coordenador/a, Luciana Schleder Almeida (UNILAB) - Coordenador/a Este grupo de trabalho tem como intuito propor um debate sobre a financeiriza?ão do agroneg?cio no Brasil por meio de etnografias que explorem a imbrica??o de elementos t?cnicos e morais que marcam a chamada ?sociedade do agroneg?cio? (Heredia, Palmeira, Leite 2010). São bem vindas reflex?es baseadas em trabalho etnogr?fico que proponham, por exemplo, compara?es entre o agroneg?cio para exporta??o e redes de troca de produtos n?o financeirizados, como ? o caso de sementes crioulas e produtos agroecol?gicos; descri?es de alian?as entre t?cnicos, ?rg?os de pesquisa e produtores em torno de saberes e tecnologias que visam o aumento da produ??o e circula??o de produtos; estrat?gias discursivas que esses agentes mobilizam para legitimar a expans?o do agroneg?cio; etnografias sobre leil?es e mercados agropecu?rios que joguem luz sobre no?es correntes de economia e mercados; an?lises sobre as distintas temporalidades implicadas no ?dentro? e ?fora? da porteira, assim como em mercados f?sicos e futuros. Pretende-se, deste modo, reunir tanto pesquisadores que t?m como foco central quest?es pr?prias da antropologia da economia, assim como aqueles que as tangenciam tendo em vista os processos de expropria??o e conflito que seus interlocutores de pesquisa v?m enfrentando no meio rural brasileiro.

A Finaceirização do Projeto Jaíba e as Terras Tradicionalmente Ocupadas no Médio São Francisco

Autoria: Felisa Cancado Anaya, Ana Paula G. Thé Cláudia Luz de Oliveira Elisa Cotta de Araújo Luciana Maria Monteiro Ribeiro Carlos Alberto Dayrell

A financeirização de grandes empreendimentos do agronegócio, na bacia média do rio São Francisco, Norte de Minas Gerais, foi impulsionada e vem se consolidando pela implementação de políticas públicas de desenvolvimento econômico e ambiental, em âmbito estadual e federal. As ações de planejamento e desenvolvimento econômico do Estado brasileiro na porção mineira da bacia hidrográfica do São Francisco, foram realizadas através dos incentivos fiscais da SUDENE, na década de 1970, em articulação com a CODEVASF. Como consequência dessa articulação houve a transformação da dinâmica econômica da região que passou a ser estruturada, a partir da financeirização de programas baseados em dois eixos: a agropecuária e grandes projetos de irrigação. Este work tem como objetivo descrever o processo de transformação deste espaço social disputado pelo agronegócio, unidades de conservação e povos e comunidades tradicionais, realizada através da financeirização do segmento empresarial/rural e com a participação do Estado, bem como trazer os processos de resistências dos grupos etnicamente diferenciados que foram confinados em áreas da União e têm seus territórios sobrepostos por unidades de conservação compensatórias ao projeto de fruticultura irrigada Jaíba. A metodologia utilizada foi levantamento bibliográfico e documental, work de campo e etnografia de eventos sociais. Como resultado observa-se que, neste contexto, o Projeto de Fruticultura Irrigada Jaíba, localizado nos municípios de Jaíba e Matias Cardoso, vinculou o Norte de Minas Gerais ao mercado externo efetivando e alterando suas dinâmicas sociais, suas características ambientais e a lógica produtiva vigente do lugar. Sua consolidação em consonância com as políticas públicas ambientais, baseadas no paradigma da modernização ecológica, apresentam o caráter funcional das unidades de conservação para a expansão do agronegócio na região e a intensificação de um processo de expropriação de grupos etnicamente diferenciados, que ficaram confinados às margens do rio São Francisco. A apropriação privada e ilícita pelo agronegócio das áreas da União que integram terras tradicionalmente ocupadas, têm sido atualmente cenário da intensificação de conflitos ambientais e

 ISBN: 978-85-87942-61-6

> territoriais. Assim, os efeitos sociais e ambientais destes grandes empreendimentos nas áreas de proteção permanente do rio São Francisco, vem consolidando na região um quadro intenso de concentração de renda e de terra, degradação dos recursos hídricos e florestais e racismo ambiental.

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero , de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA)e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização: **Apoio:** **Organização:**